

POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DECOLONIAIS NO COTIDIANO ESCOLAR¹

Fagner Fernandes Stasiaki ²

Edemar Rotta ³

Marisete de Mattos Moraes ⁴

Neusete Machado Rigo ⁵

Palabras clave: Educação antirracista; Educação para as Relações Étnico-Raciais; Formação de professores; Práticas pedagógicas; Decolonialidade.

INTRODUCCIÓN

A educação antirracista constitui um desafio central para a escola contemporânea, especialmente em um país marcado por desigualdades étnico-raciais e por processos históricos de silenciamento das populações negras, africanas, afro-brasileiras e indígenas. Embora o Brasil tenha avançado no campo das políticas públicas educacionais voltadas à valorização da diversidade e ao reconhecimento das relações étnico-raciais, sua efetivação ainda encontra limites no cotidiano escolar. Entre esses desafios, destacam-se a permanência de currículos eurocentrados, a abordagem pontual da temática em momentos específicos, a fragilidade da formação docente e a dificuldade de transformar discursos de igualdade em práticas pedagógicas contínuas, críticas e coletivas.

Nesse contexto, discutir políticas públicas e educação antirracista implica compreender que o enfrentamento ao racismo não se restringe à inserção de conteúdos no currículo, mas exige a revisão de materiais, imagens, referências, metodologias e relações

¹ Reflexões desenvolvidas a partir de oficina realizada no âmbito do Congresso Internacional de Formação de Professores (CIPROF), em 9 de julho de 2026.

² Doutorando em Desenvolvimento e Políticas Públicas, Universidade Federal da Fronteira Sul, e-mail: fagner.stasiaki@estudante.uffs.edu.br

³ Professor do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas. Cerro Largo, RS, Brasil. E-mail: erotta@uffs.edu.br.

⁴ Doutoranda em Desenvolvimento e Políticas Públicas, Universidade Federal da Fronteira Sul, e-mail: marisete.morais@estudante.uffs.edu.br

⁵ Professora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas. Cerro Largo, RS, Brasil. E-mail: neusete.rigo@uffs.edu.br

pedagógicas. Trata-se de problematizar quem aparece como sujeito produtor de conhecimento, quais histórias são valorizadas, quais memórias são silenciadas e de que maneira a escola pode contribuir para a construção de práticas educativas comprometidas com a justiça social, a valorização da diversidade e a superação das desigualdades étnico-raciais.

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre os desafios e as possibilidades da educação antirracista no cotidiano escolar. Metodologicamente, caracteriza-se como um relato de experiência, de abordagem qualitativa e reflexiva (Gil, 2010), fundamentado em pesquisa bibliográfica e na sistematização de uma oficina realizada. A pesquisa bibliográfica possibilitou o aprofundamento teórico sobre educação antirracista, políticas públicas e processos decoloniais, enquanto a sistematização da experiência articulou reflexão crítica, análise de práticas pedagógicas, dinâmicas participativas e a apresentação de possibilidades metodológicas para a promoção da Educação para as Relações Étnico-Raciais.⁶

DESARROLLO

Nilma Lino Gomes (2017), educadora, pesquisadora e intelectual brasileira, destaca as contribuições do movimento negro brasileiro como agente educador, reconhecendo os movimentos sociais como produtores e articuladores de saberes construídos por grupos não hegemônicos e contra hegemônicos da sociedade. A partir dessa atuação, a população negra conquistou direitos e marcos legais que fundamentaram a formulação de políticas públicas antirracistas, ampliando o acesso a direitos, oportunidades e mecanismos de promoção da igualdade racial.

Nesse sentido, se faz necessário compreender o conceito de Políticas Públicas formulado por Celina Souza (2006, p. 26):

[...] campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, "colocar o governo em ação" e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

⁶ Como procedimento complementar, foram utilizadas ferramentas de Inteligência Artificial Generativa (IAG) apenas para revisão textual, e fluidez do texto, sem participação na produção das análises, resultados ou conclusões. A autoria intelectual e a responsabilidade pelo conteúdo permanecem integralmente do autor, em conformidade com a Portaria CNPq nº 2.664/2026.

A autora conduz à reflexão sobre o papel dos governos no debate das políticas públicas, especialmente na definição e implementação dessas ações. Souza (2006) destaca que o Estado não é o único responsável pelo processo decisório, considerando também a participação de diferentes instituições e atores sociais. Sua análise enfatiza a influência dos grupos de interesse na formulação, implementação e direcionamento das políticas públicas.

Nesse contexto, compreender as políticas públicas implica reconhecer que elas se materializam por meio de ações, programas e instrumentos normativos voltados à garantia de direitos e à promoção da justiça social. No campo educacional, essas políticas têm assumido um papel estratégico no enfrentamento das desigualdades raciais, estabelecendo diretrizes para a construção de uma educação comprometida com a valorização da diversidade e com a promoção da equidade.

Entre os principais marcos legais que materializam esse compromisso com uma educação antirracista, destacam-se importantes marcos legais que orientam a promoção da igualdade racial. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) estabelece os princípios que regem a educação brasileira e foi posteriormente alterada pela Lei nº 10.639/2003, ampliada pela Lei nº 11.645/2008, tornando obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena na educação básica. Soma-se a esse conjunto normativo o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010), que institui medidas para assegurar a igualdade de oportunidades e o combate à discriminação racial, bem como a Lei nº 12.711/2012, atualizada pela Lei nº 14.723/2023, que dispõe sobre a reserva de vagas nas instituições federais de ensino. Em conjunto, esses dispositivos constituem importantes políticas públicas voltadas ao enfrentamento das desigualdades raciais e à promoção de uma educação comprometida com a equidade, a valorização da diversidade e a justiça social.

Contudo, a existência de marcos legais e de políticas públicas não garante, por si só, a transformação das práticas educativas. Sua efetivação depende da incorporação de princípios antirracistas no cotidiano escolar e da construção de propostas pedagógicas comprometidas com a valorização da diversidade. Por isso, uma educação antirracista não pode ser compreendida apenas como a realização de atividades pontuais ou comemorativas. Ela envolve a problematização das ausências no currículo, a valorização

de sujeitos historicamente silenciados e a ampliação das referências utilizadas nos processos de ensino e aprendizagem (Munanga, 2005). Um olhar decolonial⁷ permite questionar a centralidade de narrativas eurocentradas e reconhecer diferentes povos, saberes, memórias e experiências como constitutivos da formação histórica, cultural, científica e social do Brasil.

A oficina foi organizada como uma experiência formativa participativa, articulando reflexão teórica e prática pedagógica. Inicialmente, os participantes foram convidados a refletir sobre a educação antirracista a partir de registros em post-its e, posteriormente, realizaram análises de imagens e situações escolares por meio de questões problematizadoras voltadas à identificação de silenciamentos, ausências e desigualdades étnico-raciais. A metodologia também envolveu a dinâmica “Prática ou discurso?”, que possibilitou discutir limites e possibilidades das ações pedagógicas, além da apresentação de estratégias para o trabalho em sala de aula, como o jogo africano Mancala, a boneca Abayomi e atividades integradas com produções textuais, artísticas, narrativas africanas, personalidades negras e reflexões sobre o racismo cotidiano.

RESULTADOS, AVANCES Y REFLEXIONES

A realização da oficina evidenciou que a educação antirracista, para se efetivar no cotidiano escolar, precisa ultrapassar o campo das intenções e assumir-se como prática pedagógica planejada, contínua, contextualizada e coletiva. As atividades desenvolvidas permitiram problematizar a distância entre o discurso institucional de valorização da diversidade e as práticas concretas realizadas nas escolas, especialmente quando permanecem restritas a datas comemorativas, ações decorativas ou iniciativas isoladas.

Nos diálogos com os participantes, emergiram reflexões sobre os desafios vivenciados no cotidiano escolar, especialmente relacionados à construção da identidade étnico-racial, considerando que muitos estudantes não se reconhecem como negros ou

⁷ A partir do texto de Walsh (2009), a decolonialidade pode ser compreendida como uma perspectiva crítica e política voltada à identificação e transformação das estruturas de poder constituídas pela colonialidade, que ainda organizam as relações sociais, culturais, políticas e epistemológicas. Ela busca questionar a hierarquização dos saberes e dos sujeitos, evidenciando como determinados conhecimentos, culturas e formas de existência foram historicamente negados e subordinados em favor de uma lógica moderna-ocidental-colonial. Nesse sentido, a decolonialidade não se limita à inclusão de grupos historicamente excluídos nas estruturas existentes, mas propõe a transformação dessas próprias estruturas, rompendo com práticas racistas e excludentes. Assim, representa um movimento de valorização de saberes, experiências e modos de vida subalternizados, possibilitando a construção de novas relações de saber, poder, ser e existência fundamentadas na diversidade e na justiça social (Walsh, 2009).

apresentam receio em assumir essa identificação, em razão de processos históricos marcados pelo racismo, pela negação e pelo silenciamento. Nesse contexto, destacou-se o papel da escola na promoção do reconhecimento positivo das identidades, do pertencimento e da valorização da diversidade. Também foram discutidas as expressões racistas naturalizadas presentes nas relações sociais e escolares, ressaltando a importância de práticas pedagógicas antirracistas capazes de problematizar a linguagem, os materiais didáticos, as representações e as atitudes cotidianas, contribuindo para a desconstrução de preconceitos e discriminações.

A dinâmica “Prática ou discurso?” contribuiu para deslocar a discussão sobre racismo do campo abstrato para situações concretas da escola. Por meio da análise de cartões, os participantes foram convidados a diferenciar práticas transformadoras, práticas superficiais e ações que dependem de aprofundamento. A atividade permitiu problematizar ações pontuais, como atividades restritas ao dia 20 de novembro, e valorizar propostas contínuas, como o trabalho com autores negros ao longo do ano, a revisão de materiais curriculares e o planejamento coletivo de ações envolvendo diferentes áreas do conhecimento.

Além disso, foram apresentadas possibilidades metodológicas, como o jogo Mancala, a boneca Abayomi e a rotação por estações, com propostas de produção textual, artística, leitura de histórias africanas, cruzadinhas, calendários afrocentrados e jogos voltados à identificação do racismo cotidiano. Essas atividades foram discutidas não como modelos prontos, mas como possibilidades pedagógicas que exigem contextualização histórica, reflexão crítica e intencionalidade. Assim, destacou-se que confeccionar um jogo, uma boneca ou realizar uma atividade cultural só se torna prática antirracista quando há compreensão de sua história, sentido e importância.

Como reflexão central, a oficina apontou que uma ação antirracista não precisa ser grandiosa, mas precisa ser consciente, crítica e comprometida com a transformação do cotidiano escolar. A experiência demonstrou que a diferença entre prática e discurso está no planejamento, na continuidade, na contextualização e no impacto real das ações pedagógicas, indicando que a Educação para as Relações Étnico-Raciais precisa ser assumida como compromisso coletivo e permanente.

CONSIDERACIONES FINALES Y PROYECCIONES

A oficina possibilitou compreender que a educação antirracista constitui um compromisso ético, político e pedagógico com a transformação do cotidiano escolar, superando a perspectiva de mera exigência legal. As discussões evidenciaram que a Educação para as Relações Étnico-Raciais requer práticas contínuas e contextualizadas, capazes de enfrentar silenciamentos, desconstruir expressões racistas e valorizar as identidades negras, indígenas, africanas e afro-brasileiras. A experiência demonstrou que ações como jogos, produções artísticas, rodas de conversa, análise de imagens e revisão curricular pode promover reflexões críticas quando articuladas à história, à cultura e às resistências dos povos subalternizados. Destaca-se, ainda, a necessidade de ampliar espaços de formação continuada para professores, fortalecendo práticas pedagógicas antirracistas, interdisciplinares e institucionais, capazes de contribuir para uma educação democrática, decolonial, plural e comprometida com a justiça social.

Financiamentos: Fagner Fernandes Stasiaki é bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Marisete de Mattos Morais é bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

REFERENCIAS

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, p. 20-45, 2006. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt>
Acesso em: 15 jul. 2026.

MUNANGA. Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

WALSH, Catherine. **Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver**. In: CANDAU, Vera Maria (org.). *Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.